


**Willian Douglas Guilherme
(Organizador)**



Avaliação,
Políticas
e Expansão
**da Educação
Brasileira 5**

Atena
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão da
Educação Brasileira 5

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A945	<p>Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira 5 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 5)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-462-7 DOI 10.22533/at.ed.627191007</p> <p>1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.981</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira” contou com a contribuição de mais de 270 artigos, divididos em 10 volumes. O objetivo em organizar este livro foi o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios atuais da educação, sobretudo, avaliação, políticas e expansão da educação brasileira.

A temática principal foi subdividida e ficou assim organizada:

Formação inicial e continuada de professores - **Volume 1**

Interdisciplinaridade e educação - **Volume 2**

Educação inclusiva - **Volume 3**

Avaliação e avaliações - **Volume 4**

Tecnologias e educação - **Volume 5**

Educação Infantil; Educação de Jovens e Adultos; Gênero e educação - **Volume 6**

Teatro, Literatura e Letramento; Sexo e educação - **Volume 7**

História e História da Educação; Violência no ambiente escolar - **Volume 8**

Interdisciplinaridade e educação 2; Saúde e educação - **Volume 9**

Gestão escolar; Ensino Integral; Ações afirmativas - **Volume 10**

Deste modo, cada volume contemplou uma área do campo educacional e reuniu um conjunto de dados e informações que propõe contribuir com a prática educacional em todos os níveis do ensino.

Entregamos ao leitor a coleção “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”, divulgando o conhecimento científico e cooperando com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A APROPRIAÇÃO DA MÍDIA PELA CRIANÇA: UM OLHAR ENTRE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO	
Elisângela Soares Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.6271910071	
CAPÍTULO 2	9
A HISTORICIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UM CAMPO EM DISPUTA	
Rozieli Bovolini Silveira	
Lizandra Falcão Gonçalves	
Mariglei Severo Maraschin	
DOI 10.22533/at.ed.6271910072	
CAPÍTULO 3	22
A PERCEPÇÃO DOS SURDOS ACERCA DOS EQUÍVOCOS COMETIDOS EM SUAS PRODUÇÕES ESCRITAS	
Marília Ignatius Nogueira Carneiro	
Clélia Maria Ignatius Nogueira	
Tânia dos Santos Alvarez da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6271910073	
CAPÍTULO 4	33
ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O USO DE AMBIENTES TRADICIONAIS DE EAD E DE SISTEMAS Tutores Inteligentes: Preparação, Elaboração, Aplicação e Resultados	
Dulcinéia Gonçalves Ferreira Pires	
Sandrerley Ramos Pires	
Cassiomar Rodrigues Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.6271910074	
CAPÍTULO 5	47
ANÁLISE DO USO DE DISPOSITIVOS MÓVEIS PARA FINS NÃO RELACIONADOS AO CONTEÚDO: ESTUDO DE CASO EM UM CURSO DE MEDICINA	
Edgar Marçal	
Cláudia Martins Mendes	
Marcos Kubrusly	
Jessica Mendes de Luca	
Hermano Alexandre Lima Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.6271910075	
CAPÍTULO 6	58
AS CRIANÇAS DA ERA DAS MÍDIAS DIGITAIS E SUA RELAÇÃO COM A LEITURA LITERÁRIA	
Francisca Rodrigues Lopes	
Elizangela Silva de Sousa Moura	
Liliane Rodrigues de Almeida Menezes	
DOI 10.22533/at.ed.6271910076	
CAPÍTULO 7	68
AS MÍDIAS NO ENSINO: UTILIZANDO SERIADO DE TV PARA ENSINAR CONCEITO DE ENERGIA	
Jéssica Priscilla Martins e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6271910077	

CAPÍTULO 8	71
AS TIC NA EDUCAÇÃO: CONCEPÇÕES DOCENTES SOBRE O EMPREGO DAS FERRAMENTAS DIGITAIS <i>GOOGLE FOR EDUCATION</i> E O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	
Priscila Cristiane Escobar Silva Letícia Maria Pinto da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.6271910078	
CAPÍTULO 9	86
CLUBE DE ROBÓTICA NA ESCOLA COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	
Marlene Coelho de Araujo Maria do Carmo de Lima Giselle Maria Carvalho da Silva Lima	
DOI 10.22533/at.ed.6271910079	
CAPÍTULO 10	92
AS CONVERSAS EM GRUPO E O FÓRUM VIRTUAL: DISPOSITIVOS CARTOGRÁFICOS DE ENSINO	
Eliane Teixeira Leite Flores Diogo Gomes de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.62719100710	
CAPÍTULO 11	104
CRIAÇÃO DE VIDEOAULAS COM MATERIAIS DE BAIXO CUSTO: DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO DE MANEIRA ACESSÍVEL E BARATA	
Fábio Rodrigues Ferreira Seiva Wesley Ladeira Caputo Laísa Ferreira da Silva Cristiano Massao Tashima	
DOI 10.22533/at.ed.62719100711	
CAPÍTULO 12	116
EDUCAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA COMO PROCESSOS DE AUTONOMIA DO SUJEITO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	
Jessica Aparecida Paulino Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.62719100712	
CAPÍTULO 13	134
ENSINO DA FUNÇÃO AFIM COM A UTILIZAÇÃO DO <i>SOFTWARE GEOGEBRA</i> PARA ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO	
Vinícius Campos de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.62719100713	
CAPÍTULO 14	146
ESCOLA DIFERENTE? NÃO! ESCOLA INOVADORA: UM NOVO CAMINHO PARA EDUCAÇÃO	
Rosichler Maria Batista de Prado Campana Kely Guimarães Rosa Juliana Marcondes Bussolotti Mariana Aranha Souza Suelene Regina Donola Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.62719100714	

CAPÍTULO 15	157
INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS NECESSÁRIAS EM UM SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	
Lilian Wrzesinski Simon	
Andressa Sasaki Vasques Pacheco	
DOI 10.22533/at.ed.62719100715	
CAPÍTULO 16	173
INTERDISCIPLINARIDADE E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DOCENTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - EPT NO IFPI	
Angislene Ribeiro Silva Reis	
Joseane Duarte Santos	
Fábio Alexandre Araújo dos Santos	
Vagner Pereira Professor	
DOI 10.22533/at.ed.62719100716	
CAPÍTULO 17	187
METODOLOGIAS ATIVAS NA VISÃO DO ALUNO: UMA PROPOSTA DE PESQUISA	
Eduardo Manuel Bartalini Gallego	
Rodrigo Ribeiro de Paiva	
Daniela Dias dos Anjos	
DOI 10.22533/at.ed.62719100717	
CAPÍTULO 18	202
O ENSINO DA MATEMÁTICA E O USO DO COMPUTADOR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A PRÁTICA DOCENTE	
Tacildo de Souza Araújo	
Aretha Cristina de Almeida Ribeiro	
João Paulo Martins da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.62719100718	
CAPÍTULO 19	211
O ESTUDO DE CASO COMO ATIVIDADE PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
Josimar de Aparecido Vieira	
Marilandi Maria Mascarello Vieira	
Roberta Pasqualli	
DOI 10.22533/at.ed.62719100719	
CAPÍTULO 20	226
PROVA SANTOS: O PERCURSO ENTRE A SEDUC E AS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL II	
Vera Helena Mojola Pessoa de Mello e Lara	
Mariangela Camba	
DOI 10.22533/at.ed.62719100720	
CAPÍTULO 21	235
SUSTENTABILIDADE <i>VERSUS</i> PRÁTICA PEDAGÓGICA NA ERA DO JORNAL DIGITAL	
Glauce Angélica Mazlom	
Fabrícia Rilene de Sousa Silva	
Juciely Moreti dos Reis	
DOI 10.22533/at.ed.62719100721	

CAPÍTULO 22	241
TECNICISMO DOS ANOS DE 1970: UM PARALELO DOS SEUS DETERMINANTES POLÍTICOS E SOCIAIS NA EDUCAÇÃO DA ATUALIDADE	
Izanir Zandoná	
Andrea Vergara Borges	
Marisete Maihack Perondi	
DOI 10.22533/at.ed.62719100722	
CAPÍTULO 23	247
TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO DE MATEMÁTICA: MOVIMENTO DE UMA FORMA/AÇÃO DE PROFESSORES	
Anderson Luís Pereira	
Ingrid Cordeiro Firme	
Rosa Monteiro Paulo	
DOI 10.22533/at.ed.62719100723	
CAPÍTULO 24	258
TENDÊNCIAS METODOLÓGICAS NAS PESQUISAS EM PROEJA NO BRASIL: BIBLIOMETRIA EM TESES E DISSERTAÇÕES NA CAPES	
Helaine Barroso dos Reis	
Rinaldo Luiz Cesar Mozzer	
DOI 10.22533/at.ed.62719100724	
CAPÍTULO 25	275
TICS NA EDUCAÇÃO: ATUALIDADES PEDAGÓGICAS NO RÁDIO	
Fernanda Pasian	
Geison Durães	
Luciano Gonsalves Costa	
Natália Fratta da Silva	
Jorge Augusto Pereira	
Patrícia Vieira Guimarães	
DOI 10.22533/at.ed.62719100725	
CAPÍTULO 26	280
UMA EXPERIÊNCIA DIDÁTICA COM O EMPREGO DE EXPERIMENTAÇÃO REMOTA EM SALA DA AULA	
Rubens Gedraite	
Leonardo dos Santos Gedraite	
Eduardo Kojy Takahashi	
DOI 10.22533/at.ed.62719100726	
CAPÍTULO 27	288
A GOVERNAMENTALIDADE DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: BREVE ESTADO DA ARTE A PARTIR DE BASES DE DADOS DIGITAIS	
Gilmar Lopes Dias	
Carlos Roberto da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.62719100727	

CAPÍTULO 28 300

A NARRATIVA COMO EIXO ARTICULADOR DA EDUCAÇÃO MIDIÁTICA E COMUNICACIONAL:
UMA ABORDAGEM EDUCOMUNICATIVA NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
ELZA MARIA PELLEGRINI DE AGUIAR (CAMPINAS-SP/BRASIL)

[Marciel Aparecido Consani](#)

DOI 10.22533/at.ed.62719100728

CAPÍTULO 29 314

DE INVASÃO SILENCIOSA À ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA FINANCEIRA PUBLICAMENTE
DECLARADA: A INSERÇÃO DE DISCIPLINAS A DISTÂNCIA EM CURSOS PRESENCIAIS DE
GRADUAÇÃO

[Stella Cecilia Duarte Segenreich](#)

[Ana D'Arc Maia Pinto](#)

[Lilian Lyra Villela](#)

DOI 10.22533/at.ed.62719100729

SOBRE O ORGANIZADOR..... 333

DE INVASÃO SILENCIOSA À ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA FINANCEIRA PUBLICAMENTE DECLARADA: A INSERÇÃO DE DISCIPLINAS A DISTÂNCIA EM CURSOS PRESENCIAIS DE GRADUAÇÃO

Stella Cecilia Duarte Segenreich

Universidade Católica de Petrópolis (UCP) -
Centro de Humanidades
Rio de Janeiro - RJ

Ana D’Arc Maia Pinto

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) –
Faculdade de Administração
Rio de Janeiro - RJ

Lilian Lyra Villela

Universidade Católica de Petrópolis (UCP)-
Centro de Humanidades
Rio de Janeiro - RJ

RESUMO: Desde a institucionalização da educação a distância (EaD) pela LDBEN/96, muito se tem produzido sobre a expansão dos cursos de graduação oferecidos nessa modalidade de ensino, tanto na rede privada como na rede pública. Entretanto, pouco se discute sobre as consequências da possibilidade aberta pela Portaria 4.059/2004 do MEC, de inserção de disciplinas a distância em até 20% da carga horária total de cursos presenciais, sem exigência de avaliação prévia nem acompanhamento específico. Este marco legal se mostra como uma tendência crescente utilizada pelas instituições privadas para reduzir seus custos. É diante deste cenário que se justifica a proposta do presente texto. Os dados relatados se baseiam em fontes documentais e

estudos de caso, fruto do trabalho desenvolvido por um grupo de pesquisadores dedicado ao estudo da expansão da EaD e os efeitos da “invasão silenciosa” de disciplinas a distância na organização curricular dos cursos de graduação das universidades e na sua própria arquitetura acadêmica. Dois estudos desenvolvidos em universidades privadas do Rio de Janeiro, no biênio 2014/2015, são apresentados com destaque pela visão atualizada que propiciam da realidade vivida pelas instituições e por um de seus principais atores, os estudantes, antes mesmo do aumento para 40% aprovada em 2018.

PALAVRAS – CHAVE: ensino superior – expansão - privatização – disciplinas a distância – Portaria 4.059/2004

ABSTRACT: Since the institutionalization of distance education (EaD) by LDBEN / 96, much has been produced on the expansion of undergraduate courses offered in this modality of teaching, both in the private network and in the public network. However, there is little discussion about the consequences of the possibility, opened by MEC Ordinance 4.059 / 2004, of inserting distance courses in up to 20% of the total hours of classroom courses, without prior assessment or specific monitoring. This legal framework is seen as a growing trend used by private institutions to reduce their costs.

It is against this background that the proposal of this text is justified. The data reported are based on documentary sources and case studies, as result of the work developed by a group of researchers dedicated to the study of the expansion of EaD and the effects of the “silent invasion” of distance disciplines in the curricular organization of undergraduate courses of the universities and in its own academic architecture. Two studies developed in private universities in Rio de Janeiro, in the biennium 2014/2015, are presented with an emphasis on the updated vision that propitiates the reality lived by the institutions and one of its main actors, the students, even before the actual percentage of 40% approved since 2018.

KEYWORDS: higher education - expansion - privatization - distance education - Administrative Rule 4.059 / 2004

1 | INTRODUÇÃO

Com a aprovação da Portaria 2.253/2001 do MEC (depois substituída pela Portaria 4.059/2004), foi oficializada a possibilidade de oferta de disciplinas na modalidade a distância em 20% da carga horária total dos cursos regulares das instituições de ensino superior (IES). Esta vertente da inserção da Educação a Distância (EAD) na Educação Superior tem sido objeto da linha de pesquisa que, desde 2003, desenvolve uma análise comparativa das políticas públicas e realidades institucionais (SEGENREICH, 2003, 2006, 2009, 2013). Uma das primeiras constatações foi a de que não se dispunha de dados estatísticos oficiais sobre a presença dessas disciplinas nas IES, nem produção acadêmica sobre o tema. Isto levou o grupo de pesquisa a estudar a questão e o objetivo deste trabalho é descrever os caminhos de investigação percorridos e alguns resultados já obtidos.

Dois momentos caracterizam este percurso até o momento: no período 2003 – 2005, a análise se centrou na legislação relativa ao tema e em dados obtidos mediante consulta a *sites* de universidades que desenvolviam trabalhos de EAD (SEGENREICH, 2006); em um segundo momento (2005–2009) foram desenvolvidos três estudos de caso sobre a experiência de implantação desta medida em universidades particulares do Estado do Rio de Janeiro, sob a ótica da introdução de uma inovação e mapeados outros estudos de caso assim como relatos de experiência que começaram a ser realizados desde o início desta década mas que somente neste período estavam sendo discutidos na comunidade acadêmica (SEGENREICH, 2009).

A presente comunicação se propõe a reconstituir os caminhos da inserção da EaD nos cursos presenciais do sistema de educação superior no Brasil assim como explorar novos estudos realizados pela equipe entre 2010 e 2014, seguindo sempre a abordagem do ciclo de políticas formulado por Stephen Ball e Richard Bowe, apresentado aqui por Mainardes (2006). Estes dois autores distinguem três contextos primários do processo de formulação de uma política: *influência, texto político e prática*.

No primeiro contexto primário, de *influência*, é

onde normalmente as políticas são iniciadas e os discursos políticos são construídos. É nesse contexto que grupos de interesse disputam para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado. Atuam nesse contexto as redes sociais dentro e em torno de partidos políticos, do governo e do processo legislativo. [...] Os trabalhos mais recentes de Ball contribuem para uma análise mais densa das influências globais e internacionais no processo de políticas nacionais. (MAINARDES, 2006, p. 51)

No caso da Educação a Distância há consenso, por parte da comunidade acadêmica e está presente em estudos anteriores desta linha de investigação, já mencionados, sobre a presença de influências internacionais por meio de *patrocínio* ou mesmo imposição de algumas soluções oferecidas e recomendadas por agências multilaterais como, por exemplo, o Banco Mundial e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Não se considerou necessário retomar esta discussão no texto.

Entretanto, como Ball chama atenção, “tais influências, no entanto, são sempre recontextualizadas e reinterpretadas pelos Estados-nação” (ibidem, p.52). Este alerta de Ball nos leva ao seu segundo contexto do ciclo de políticas, o da produção de texto. É importante se estar atento para o fato de que “os textos políticos são o resultado de disputas e acordos, pois os grupos que atuam dos diferentes lugares de produção de textos competem para controlar as representações da política; [...] as respostas a esses textos têm consequências reais. Essas consequências são vivenciadas dentro do terceiro contexto, o contexto da prática” (BOWES *apud* MAINARDES, 2006, p. 52,53). No caso da inserção da EaD nos cursos presenciais a construção do texto político incide na análise das duas portarias que abriram o caminho legal para as instituições de ensino superior adotarem esta prática, esta análise será aqui retomada de forma sintética, na parte inicial do texto, tendo como base um capítulo de livro escrito sobre o tema (SEGENREICH, 2013).

No que se refere ao contexto da prática, a opção pelo relato de dois estudos de caso busca relacionar o campo macro e microssocial, em termos de formulação de política e realidade institucional, levando em consideração aqueles que normalmente são vistos como destinatários das políticas e ações institucionais. A contribuição destes dois estudos de caso, em termos dos dados estatísticos apresentados e sua análise da realidade institucional de três universidades, é a parte central do texto, dando base à continuidade desse estudo após o percentual de 20%, aqui estudado nos dois estudos de caso, passar para 40%, em nova portaria aprovada pelo MEC (BRASIL,2018).

2 | A CONSTRUÇÃO DO TEXTO POLÍTICO DE ABERTURA DOS 20% DE EAD NOS CURSOS REGULARES DE GRADUAÇÃO

No que se refere à meta do Plano Nacional de Educação (PNE) de utilizar o sistema interativo de EaD para ampliar as possibilidades de atendimento nos cursos presenciais, não se dispunha, em 2003, de dados para avaliar se as instituições de

educação superior já estavam oferecendo disciplinas a distância, de acordo com a Portaria 2.253/2001 (BRASIL. MEC, 2001) que autorizava a oferta de até 20% da carga horária dos cursos presenciais de graduação na modalidade a distância. O fato de ela ter sido reformulada três anos depois, dando origem a uma segunda portaria do mesmo teor (BRASIL. MEC, 2004), permitiu detectar o contexto de produção desses dois textos políticos com mais clareza. Em estudos anteriores (SEGENREICH, 2006, 2013) foram organizados quadros que comparavam esses dois textos. Na impossibilidade de apresentar toda a análise, serão apresentados os principais pontos levantados, por serem estes de fundamental importância para a compreensão das intenções de inserção (e expansão) da EaD na educação superior, como política governamental.

Os resultados obtidos indicaram:

- Quanto à definição do que trata a determinação central das portarias

Comparando-se as duas portarias, pode-se perceber que, na portaria de 2001, as disciplinas podiam utilizar no todo ou em parte o método não presencial, enquanto na Portaria de 2004, em seu art. 1º, § 1º, está claramente especificada a opção pela modalidade semipresencial.

- Quanto ao limite estabelecido nas portarias e presença da avaliação presencial

Pela portaria de 2001 as instituições deveriam oferecer as disciplinas, obrigatoriamente, nas duas modalidades de ensino para o aluno escolher, até a renovação do reconhecimento do curso; na portaria de 2004 este parágrafo da portaria anterior desaparece. Quanto ao limite de 20%, ele é mantido nas duas portarias, sempre referenciado à carga horária total dos cursos. Quanto à avaliação, a obrigatoriedade de presença ultrapassa os exames finais, previstos em 2001, para se estender a qualquer avaliação, na portaria de 2004.

- Quanto às estratégias metodológicas adotadas e recursos humanos envolvidos

A comparação entre as duas propostas mostra que a Portaria 4.059 é bem mais precisa ao caracterizar o modelo de EaD semipresencial com a presença da figura do tutor.

Evidencia-se, nos acréscimos feitos na segunda portaria, a preocupação em garantir os encontros presenciais e a presença de tutores qualificados e com vínculo discriminado em relação aos dois tipos de relacionamento – presencial e a distância – com os alunos. Esta portaria ainda está em vigor e nada foi incluído na Regulamentação Geral de dezembro de 2005. Pode-se verificar que em alguns aspectos o MEC conseguiu manter as exigências a que se propunha desde o início e, ainda, explicitou o modelo de educação semipresencial a ser adotado.

O mesmo não aconteceu, entretanto, no que se refere ao processo de regulação destas disciplinas. Constatou-se que, em 2001, somente as universidades e centros universitários podiam criar estas disciplinas mediante comunicação ao MEC; as

demais IES eram obrigadas a pedir autorização prévia. Esta distinção desaparece em 2004 permanecendo, somente, a necessidade de “comunicação”, para todas as IES. Esta medida permite que qualquer instituição comece a oferecer disciplinas semipresenciais em seus cursos regulares que serão avaliados somente *a posteriori*, quando ocorrerem os processos de reconhecimento ou renovação de reconhecimento do curso presencial em que estão inseridas.

Conclui-se que, ao ceder (ao que parece) à pressão de grupos de interesse, a segunda portaria abriu as portas para que todo o tipo de IES pudesse abrir disciplinas na modalidade semipresencial mediante uma simples comunicação ao MEC. Os resultados dessa medida, na prática, ainda não podem ser avaliados, por falta de estatísticas e avaliações mais consistentes sobre ela.

Nos itens que se seguem, o texto se apóia em dois estudos de caso (EC1 e EC2) realizados em 2015, envolvendo três universidades privadas. O Estudo de Caso 1 tem como objetivo “analisar os caminhos tomados por duas universidades privadas no Estado do Rio de Janeiro, no período 2006-2013, para concretizar a Portaria MEC n. 4.059/04 (PINTO, 2015, p.19). O Estudo de Caso 2 “objetiva prover, com dados quantitativos específicos de uma turma de disciplina online [...] de uma instituição privada, a análise da permanência dos estudantes” (VILLELA, 2015, p. 18/19).

A seguir serão apresentados os dados estatísticos levantados nas duas pesquisas. O terceiro item do texto, especificamente voltado para o Estudo de Caso 1 terá como foco os registros dos cursos oferecidos e matrículas da Universidade Gama Filho e UniverCidade, revelando a amplitude da aplicação da Portaria 4.054 nestas instituições. No quarto item, o foco será a análise do perfil de uma turma da disciplina Métodos de Estudo e Pesquisa oferecida na Universidade Católica de Petrópolis no primeiro período de 2014 e a avaliação dos alunos sobre essa experiência, dados levantados no Estudo de Caso 2.

3 | OS NÚMEROS DA IMPLANTAÇÃO DA PORTARIA MEC N. 4.059/04

Os estudos de caso aqui relatados se distinguiram não somente pelas realidades institucionais retratadas como, também, pelos dados estatísticos obtidos em duas importantes fontes de informação: o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e a Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED).

Segundo Villela (2015), o aumento, nos últimos três anos, tanto da oferta de cursos nas modalidades presencial e a distância, quanto da oferta de disciplinas *online* nos cursos presenciais pode ser avaliado a partir da compilação dos números disponibilizados nos Microdados do Censo do Ensino Superior (INEP, 2014b) organizados no Gráfico 1.

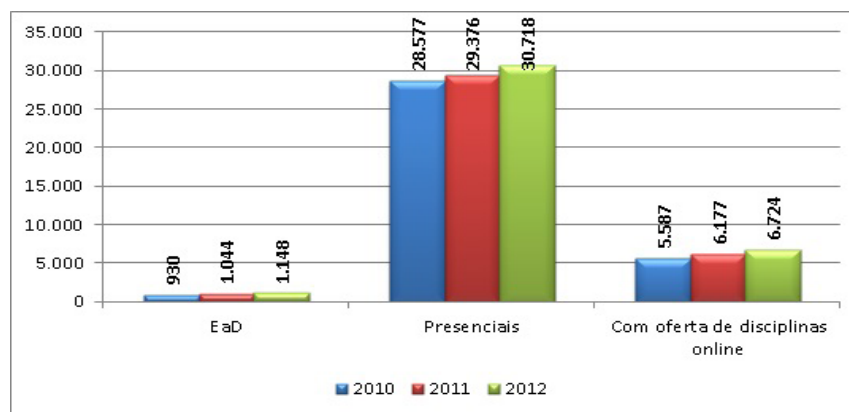


Gráfico 1- Oferta de Cursos no Ensino Superior – 2010 a 2012

Fonte: INEP, 2014b, apud Villela, 2015, p. 36

Além do aumento da oferta de cursos, notadamente presenciais, o gráfico indica que mais de 20% do total de cursos presenciais já oferece disciplinas *online* e que esta oferta está crescendo. É possível afirmar com base nos microdados do Censo de 2012 que 511 instituições de ensino superior apresentam pelo menos um curso com oferta de disciplinas *online* e que a concentração da oferta de cursos com tal particularidade se dá em instituições das regiões Sudeste e Sul.

A Tabela 1 permite aprofundar a avaliação da taxa de crescimento destes dados no triênio 2010-2012.

Cursos	2010	2011	2012	2010-2012
Presenciais	28577	29376	30718	7%
Com disciplinas online	5587	6177	6724	17%
Sem disciplinas online	22990	23199	23994	4%
A Distância	930	1044	1148	19%
Total de Cursos	29507	30420	31866	7%

Tabela 1- Crescimento da Oferta Acumulada – 2010 a 2012

Fonte: INEP, 2014b. apud Villela, 2015, p. 36

Segundo os microdados disponibilizados, observa-se que o total geral de cursos presenciais e a distância apresentou taxa positiva de crescimento da oferta (7%), porém, tal taxa geral é inferior à do crescimento do total específico de cursos a distância (19%) e do aumento do número de cursos presenciais com oferta de disciplinas a distância (17%). Assim como, podemos avaliar em função da taxa de variação dos cursos que já oferecem disciplinas *online* (17%) em relação aos demais, ou seja, cursos sem oferta de nenhuma disciplina *online* (4%), a possível existência de uma tendência para que os cursos presenciais ofereçam disciplinas *online*.

Ambos os resumos anteriores tiveram como base a variável do tipo “Sim” ou “Não”, denominada “IN_OFERECE_DISC_DISTANCIA” e que representa a condição do curso de oferecer ou não alguma disciplina a distância, sem precisar qualquer outro

detalhe a respeito. Esta variável passou a incorporar o conjunto de microdados do censo da educação superior do INEP a partir de 2009, ano que não foi contemplado neste levantamento por apresentar variação discrepante em relação aos dados de 2010, 2011 e 2012, disponíveis até o momento de encerramento do levantamento de dados.

A estrutura dos dados fornecida pelo INEP, até então, não permitia a identificação de quais ou quantas disciplinas *online* são oferecidas em cada curso, qual a quantidade específica de alunos inscritos ou ainda a taxa de permanência ou o índice de evasão nas mesmas. Segundo ainda Villela (2015), informações mais detalhadas acerca destas disciplinas podem ser obtidas nas estatísticas da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED). Esta foi a principal fonte utilizada no Estudo de Caso 2.

Segundo Pinto (2015), o Censo da ABED (2013, p. 73) foi realizado com a participação de 309 IES sendo identificados 447 cursos presenciais que se utilizavam da Portaria nº 4.059/ 2004 em 2013. O Gráfico 2 permite uma representação visual mais clara deste cenário.

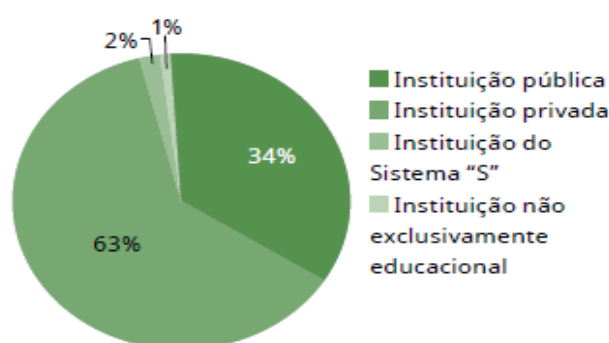


Gráfico 2: Distribuição das IES* que oferecem disciplinas semipresenciais em cursos regulares de graduação, por categoria administrativa

*As 309 IES participantes da pesquisa correspondem a 12.3% das IES existentes no país.

Fonte: ABED. Censo EaD Brasil (2013, p. 74), apud Pinto, 2015 p.36

O gráfico permite identificar claramente que a maioria das ofertas de disciplinas semipresenciais é proveniente da iniciativa das IES privadas (62,6%), sendo que, destas, 63,6% são instituições sem fins lucrativos. As instituições públicas oferecem 33,7% destas disciplinas, sendo que, deste valor percentual, 83,4% representam disciplinas ofertadas por instituições federais. Dois outros tipos de dados merecem também atenção: o número de disciplinas ofertadas e sua distribuição por área de conhecimento e localização geográfica. A Tabela 2 apresenta estes dados.

Características institucionais		Número de disciplinas EAD de cursos presenciais					Total
		N	NE	CO	SE	S	
Área de conhecimento	Ciências Humanas (Educação, Artes, Letras etc.)	0	183	11	445	238	877
	Ciências Sociais (Direito, Economia, Administração etc.)	0	113	103	456	324	996
	Engenharia (Civil, Elétrica, de Produção etc.)	0	80	10	435	15	540
	Computação	0	66	10	57	72	205
	Ciências Exatas (Matemática, Estatística, Física etc.)	0	115	6	114	111	346
	Ciências da Saúde (Medicina, Enfermagem etc.)	0	106	0	210	175	491
	Ciências Agrárias	0	39	0	2	34	75
	Ciências Aplicadas e Tecnologia	0	0	5	260	35	300
	Outras	0	12	7	83	48	150
	Não informado	0	0	1	1	0	2
Total		0	714	153	2.063	1.052	3.982

Tabela 2: Distribuição das matrículas em disciplinas a distância de cursos presenciais oferecidas pelas IES* participantes do Censo segundo a área de conhecimento.

*As 309 IES participantes da pesquisa correspondem a 12.3% das IES existentes no país.

Fonte: ABED. Censo EaD Brasil (2013, p. 83), apud Pinto, 2015 p. 37

A Tabela 2 revela que a maior parte dessas disciplinas é ofertada na área de Ciências Sociais (40%); seguida pela área de Ciências Humanas, com um número bem menor de disciplinas (19,5%). Este resultado ganha sentido, se levarmos em conta que os cursos que fazem parte deste campo de conhecimento são os mais procurados pelos estudantes.

O retrato que se tem a partir dos dados do Censo da ABED (2013) coaduna com a indagação inicial. A iniciativa privada, quando entrou no jogo, não se intimidou frente aos desafios que a implantação da Portaria nº 4.059/2004 pudesse oferecer. Muito pelo contrário, vislumbrou ser uma oportunidade capaz de viabilizar o alcance de metas e objetivos operacionais que impressionam o setor e sugerem atenção. “O melhor dos mundos para a iniciativa privada” segundo Giolo (2010, p. 1.282).

Depois de apresentarem seus dados sobre os atuais números da EaD, as duas pesquisas aqui relatadas tomaram caminhos diferentes. No Estudo de Caso 1 o foco se centrou no processo de implantação das disciplinas a distância nas duas instituições estudadas. No Estudo de caso 2 a questão norteadora está voltada para o problema da evasão e permanência dos alunos em cursos de EaD. Neste texto foram selecionados os dados que tinham relação com a oferta de disciplinas e com o seu corpo discente.

4 | OS REGISTROS ACADÊMICOS DISCENTES DO ESTUDO DE CASO 1

As duas IES escolhidas para estudar o processo de implantação da Portaria nº. 4.059/04 são instituições estabelecidas na Cidade do Rio de Janeiro e que por suas trajetórias tornaram-se conhecidas e uma delas, bastante renomada. A Universidade

Gama Filho (UGF) que por quase 70 anos construiu um legado educacional de respeito e o Centro Universitário da Cidade (UniverCidade) que apesar de seus poucos 20 anos de existência, tinha dentre seus cursos, o curso de desenho industrial como referência já que por anos seguidos obteve nota máxima no MEC em suas avaliações.

Estas instituições tinham vida própria, mas por conta de dificuldades financeiras foram adquiridas em 2010 pelo grupo Galileo Administradora de Recursos Educacionais S/A. A estratégia do grupo com a aquisição das instituições foi de, no início de 2011, propor ao MEC a fusão. Este recurso, não foi aceito pelo Ministério de Educação, alegando-se que as instituições tinham identidades diferentes. Para potencializar sua estratégia de gestão, a mantenedora unificou alguns setores em meados de 2011 de forma que estes pudessem servir às duas IES. Com este contorno, em 2012 o setor da educação a distância iniciava suas funções de forma unificada, coordenando e suprindo ambas as instituições.

Participar ativamente deste processo, fez com que a pesquisadora pudesse reservar um rico acervo de documentos institucionais, o que reforçou substancialmente a escolha da pesquisa documental como processo metodológico para elaboração da pesquisa. Neste texto serão apresentados os dados obtidos a partir de alguns destes documentos organizados por instituição, antes da fusão, e em conjunto, após a unificação do setor de EaD.

A Universidade Gama Filho

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Gama Filho (2007, p. 32) a partir do primeiro período de 2007 iniciou-se a implantação da portaria nos cursos de graduação presencial com a oferta de seis disciplinas, todas para os cursos de licenciatura. Estas disciplinas foram: Técnicas de Estudo (EDU 570); Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação Brasileira (EDU 571); Fundamentos Sociopolíticos da Educação (EDU 575); Didática (EDU 578); Dinâmica e Organização da Educação Brasileira (EDU 582); Psicologia da Educação (PSI 610). A instituição atribuiu aos professores que já lecionavam estas disciplinas presencialmente a responsabilidade de desenvolvê-las para o modelo a distância.

Em 2011.2 a instituição já oferecia 17 disciplinas com 96 turmas formadas. A Tabela 3, apresenta um quadro comparativo das disciplinas e turmas oferecidas nestes dois momentos, o início do processo em 2007.1 e o último antes da fusão com a UniverCidade em 2011.

Disciplinas	2007.1	2011.1
Técnicas de Estudo	4	13
Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educ. Brasileira	3	4
Fundamentos Sociopolíticos da Educação	3	4
Didática	4	4
Dinâmica e Organização da Educação Brasileira	2	5

Psicologia da Educação	1	4
Introdução a Saúde Coletiva	-	6
Sociologia	-	8
Introdução aos Estudos Universitário I	-	10
Introdução aos Estudos Universitário II	-	8
Relações Internacionais no Tempo Presente	-	4
Sociodiversidade e Inclusão Social	-	5
Libras	-	3
Planilhas Eletrônicas	-	4
Empreendedorismo	-	5
Economia Brasileira Contemporânea	-	4
Sustentabilidade Saúde e Cidadania	-	5
Total de Turmas Formadas	17	96

Tabela 3 - Turmas formadas na UGF considerando as disciplinas e anos de oferta.

Fonte: Relatório de Serviço (UGF/2011.2), apud Pinto, 2015, p.61

Constata-se que houve uma expansão exponencial de disciplinas e turmas entre 2007 e 2011. Nesse ano, as turmas tinham 80 estudantes em cada uma, totalizando um universo de 7.680 estudantes inscritos na modalidade e com cerca de 40 tutores agregados ao processo. Trata-se de um crescimento de 482,35% se considerarmos o quantitativo de turmas formadas em 2007.1 para 2011.2. Outro dado que merece atenção é o quantitativo de estudantes inscritos na modalidade; de 850 em 2007.1, este número saltou para 7.680, em 2011.2. Para complementar a análise, cabe destacar a variedade de origem das disciplinas ofertadas se comparado ao cenário inicial do processo de implantação da Portaria em 2007.1. São disciplinas integrantes de diferentes cursos da universidade que a partir de então, parece abrir um leque ainda maior para inclusão dos estudantes na modalidade.

Os resultados apresentados parecem indicar o porquê do interesse crescente da instituição em apostar na implantação da Portaria 4.054/2004. Eles convergem com o que Castanheira *et al* (2013, p. 54) propõe em seus estudos ao apontar que este formato de “EaD está associada a uma educação de menor custo, com capacidade de atingir grandes massas de estudantes o que acarreta em seu significativo crescimento”.

UniverCidade

Em trajetória diferente da adotada pela UGF, o Centro Universitário da Cidade – UniverCidade, a escolha da disciplina para iniciar o projeto de implantação da modalidade nos cursos presenciais fundamentou-se a partir de uma atividade curricular: um minicurso em Planejamento de Carreira, que era então oferecido como atividade complementar na área de ensino. A segunda experiência foi realizada com a disciplina de Metodologia da Pesquisa, comum a muitos cursos, cujo foco era o apoio ao aluno na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (PDI/ UC, 2012, p. 49).

Em verdade, foi com esta disciplina que a modalidade começou a ganhar

terreno na instituição e a experiência só fez ampliar a oferta da modalidade na instituição. Segundo o PDI da instituição (2012) o sucesso das duas experiências, abriu também espaço para a concepção de conteúdos e cursos novos tais como: Tecnologia e Sociedade; Empreendedorismo – Planejamento de Carreira; Introdução aos Estudos Universitários; Administração Estratégica; Direito Ambiental, Direito da Cidade e Mercado de Capitais.

Inicialmente, a implantação da experiência começou com três turmas deste tipo de disciplina com no máximo 30 estudantes por cada uma. Um total de 89 estudantes na soma das três turmas. Em 2006.2 este número saltou para 1.002 estudantes matriculados no processo, divididos por 20 turmas de 50 estudantes em cada uma. Se compararmos o processo de um semestre para o outro, verifica-se um aumento de 1.025.5%. Em 2008.1, a instituição atingiu 5.666 estudantes ativos no processo.

Em relação às disciplinas ofertadas de 2007 a 2011.1, período anterior a fusão, o levantamento dos dados apresentados sugere que a instituição tenha considerado como estratégia preponderante para a oferta da modalidade, disciplinas básicas comuns aos cursos e com maior volume de estudantes. O Quadro 1 apresenta as 10 disciplinas com maior número de estudantes, que confirmam a ênfase da expansão da Portaria 4.051 nos cursos presenciais da UniverCidade em disciplinas comuns a vários cursos.

DISCIPLINAS	ALUNOS
DR298 - Direito Ambiental	7.337
DR294 - Metodologia da Pesquisa	4.750
EX014 – Empreendedorismo	4.734
EX009 - Tecnologia e Sociedade	3.485
DR293 - Direito da cidade	2.260
AD309 - Mercado de Capitais	1.731
EAD102 - Introdução aos Estudos Universitários	1.649
AD298 - Mercado de Capitais	1.204
UC046 - Técnicas de Estudo e Pesquisa	1.055

Quadro 1 : Disciplinas EaD da UniverCidade com maior número de estudantes de 2007 a 2011

Fonte: Relatório Acadêmico da UniverCidade 2013.1 apud Pinto. 2015, p. 64

EaD na UGF e UniverCidade reunidas

Com a interação das instituições, sob a coordenação do CEAD, as disciplinas ofertadas eram organizadas conjuntamente mediante uma portaria interna.

No ano de 2012 estas disciplinas atenderam 17.429 estudantes, sendo 8.507 no primeiro semestre e 8.922 no segundo semestre. Sua expansão direcionou-se aos cursos de maior procura talvez não só motivados pela ideia pedagógica de democratizar a utilização das novas tecnologias mas, também, por identificar na EaD uma forma estratégica de enxugar a máquina. Vale destacar que a UniverCidade

chegou a ter 23 unidades no Rio de Janeiro e que em todas as suas unidades haviam estudantes cursando este tipo de disciplina. Mesmo nessas instituições que passavam por uma grande crise financeira o setor continuava a oferecer disciplinas a distância nos programas de estudos dos cursos presenciais.

No ano de 2013 o setor de educação a distância replicou as disciplinas que havia ofertado em 2012. As alterações estavam no quantitativo de estudante que apesar das dificuldades ainda concentrava um grande número com poucas alterações em relação às listadas na Tabela 3.

Segundo o último relatório acadêmico institucional (2013) nestes dois anos em que as instituições caminharam juntas um total de 34.560 estudantes considerando que em cada turma formada tinham, em princípio, 80 estudantes matriculados. Foram identificadas 70 disciplinas diferentes, ofertadas pelas duas instituições durante quinze períodos letivos.

5 | PERFIL E O QUE PENSAM OS ALUNOS DAS DISCIPLINAS EAD: O ESTUDO DE CASO 2

Tendo em vista que o Estudo de Caso 2 não situou a pesquisa institucionalmente, fomos buscar em um relato da coordenadora da CPA (BARBOSA, 2013) da Universidade Católica de Petrópolis (UCP) informações básicas sobre trajetória de implantação das disciplinas a distância em cursos presenciais na Universidade.

Trajетória da EaD na UCP

Em decorrência do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Universidade Católica de Petrópolis, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2006-2010 estabeleceu objetivos e políticas relativas à EaD, confirmando não apenas a intenção da UCP, mas, principalmente, seu compromisso institucional na implantação da EaD como modalidade educacional. Em 2008 foi criado o Núcleo de Educação a Distância da UCP (NEAD/ UCP), o qual, gradativamente, passou a desenvolver a oferta de disciplinas a distância nos cursos de graduação presenciais, dentro do limite legal de 20%.

A partir do primeiro semestre de 2008 foram oferecidas várias disciplinas por EaD, para os diferentes cursos presenciais de graduação da UCP. Foram oito disciplinas no semestre letivo 2008/1, 15 em 2008/2, 14 em 2009/1 e 12 em 2009/2. Para o primeiro semestre de 2010, foram oferecidas matrículas em 22 disciplinas dos vários cursos de graduação e, finalmente, no último período integrante do PDI 2006-2010 foram oferecidas 23 disciplinas.

A partir do segundo semestre de 2008, a CPA da UCP iniciou o acompanhamento do desempenho demonstrado pelos alunos nas disciplinas de seus respectivos cursos de graduação, que foram cursadas na modalidade EaD. Esse acompanhamento não

foi individualizado, mas global e comparativo, abrangendo três períodos integrantes do PDI 2006-2010.

Os 1.575 alunos que se inscreveram para disciplinas na modalidade EaD, nos três semestres letivos analisados – 2008/2, 2009/1 e 2009/2 – estiveram matriculados em 29 cursos de graduação, dentre os quais dois eram tecnológicos. É importante verificar a variedade de origem das disciplinas oferecidas e a alta frequência dos cursos de Introdução à Filosofia e Introdução à Teologia I, integrantes do currículo de diferentes cursos da universidade.

Comparando o desempenho dos três semestres retratados, o que mais chamou atenção foi a regularidade dos dados obtidos. Apresentamos na Tabela 4 uma ilustração da análise comparativa que foi feita em relação a todas as disciplinas. Devido aos limites deste texto, foram selecionadas as duas disciplinas oferecidas nos três semestres estudados.

Disciplina/ano	Nº Alunos	Desempenho na disciplina de EaD			Desempenho no conjunto das disciplinas do período		
		Alto/Bom	Médio	Regular/baixo	Alto/Bom	Médio	Regular/baixo
2008.2							
Introdução à Filosofia	166	74,69	19,88	5,42	37,01	47,51	15,47
Introdução à Teologia I	120	86,67	11,67	1,66	44,12	43,38	12,50
2009.1							
Introdução à Filosofia	170	57,64	22,94	19,42	32,18	55,65	12,18
Introdução à Teologia I	104	85,58	11,54	2,88	54,72	38,68	6,61
2009.2							
Introdução à Filosofia	91	28,22	45,05	26,37	36,96	48,91	14,14
Introdução à Teologia I	249	75,70	18,88	6,43	46,44	44,19	9,37

Tabela 4: Análise comparativa do desempenho dos alunos na disciplina de EaD com o desempenho com o conjunto das disciplinas cursadas no período

Fonte : CPA/UCP apud Barbosa, 2015, p.242

Constata Barbosa (2015, p.242), como autora do relato e coordenadora geral da avaliação institucional da universidade na época, que o desempenho na modalidade a distância não trouxe prejuízo acadêmico para os alunos. Ela conclui que

tal constatação indica que podem continuar a ser oferecidas disciplinas em EaD nos cursos de graduação da universidade e que estas avaliações devem ser feitas continuamente e aprimoradas.

Estes registros dão uma medida quantitativa do desempenho dos alunos sem dar voz ativa a estes atores. No segundo semestre de 2008, entretanto foi disponibilizado na Plataforma Moodle um questionário de avaliação da EaD, de preenchimento facultativo, com o objetivo de identificar a interação com os alunos com a EaD nas disciplinas oferecidas neste período. O questionário foi respondido por 78 dos 450 alunos que concluíram os cursos. Dentre as perguntas destacamos duas que

permitem ao estudante manifestar sua relação com a EaD.

A primeira delas se refere ao *interesse* ao longo dos estudos na modalidade EaD e o Gráfico 3 mostra os resultados.

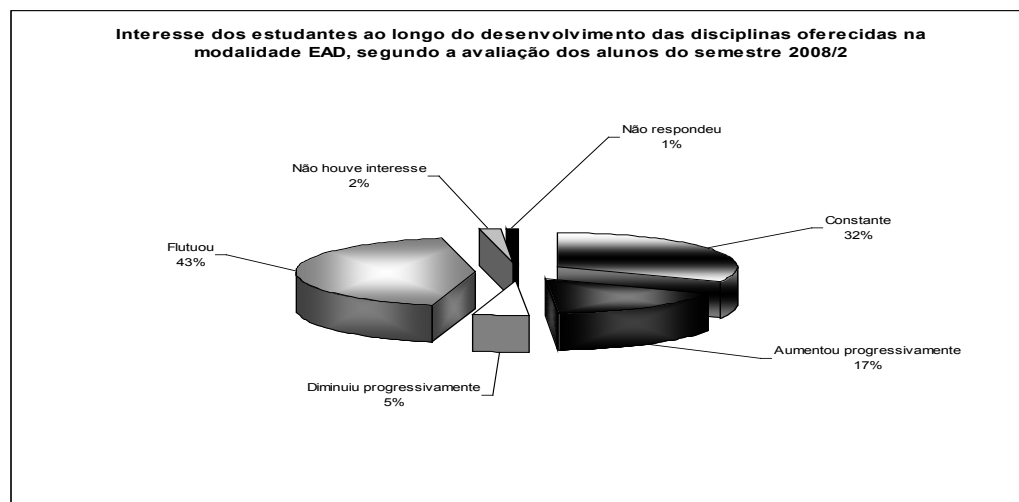


Gráfico 3

Fonte: NEAD *apud* Barbosa, 2013, p.244

Os dados do Gráfico 3 mostram que, para 32% dos alunos, o interesse se manteve constante e teve aumento progressivo para outros 17%. Logo, 49% de respondentes afirmaram ter tido interesse ao longo dos estudos. Por outro lado, um número significativo de alunos (43%) respondeu que houve flutuação do nível de interesse. Se este percentual for associado às respostas que apontaram desinteresse (2%) e diminuição do nível de interesse, teremos 50% dos respondentes indicando que é necessário rever os tipos de atividades que estão sendo propostas a partir das respostas aos demais itens deste questionário.

Na pergunta acerca de sua avaliação da atuação dos docentes, todos os indicadores utilizados tiveram alta concentração de respostas no nível intermediário, ou seja, no nível esperado pelos respondentes. Analisando respostas dos alunos sobre o que esperam dos professores das disciplinas Barbosa (2015, p. 248) registra que eles esperam: “*organização, desenvolvimento integrado dos tópicos, critérios definidos de avaliação, dosagem adequada das tarefas, atividades relevantes e atividades motivadoras*”. A autora termina seu relatório afirmando que “com a gradativa implantação desta nova cultura acadêmica (EaD) e os conseqüentes reajustes decorrentes do aperfeiçoamento do serviço, resistências e dificuldades surgirão em menor proporção” (BARBOSA, 2015, p.252).

Quem são e o que pensam os alunos da UCP

O Estudo de Caso 2, propriamente dito, concentrou-se na pesquisa de uma disciplina em que uma das autoras era a professora e a pesquisadora funcionou na tutoria, considerada excepcionalmente como atividade de iniciação científica do

Programa de Pós- Graduação em Educação da instituição. A disciplina investigada foi a de Métodos de Estudo e Pesquisa, oferecida no primeiro semestre de 2014 para alunos do primeiro período de todos os cursos de graduação da universidade.

Foram analisadas as características dos alunos desta disciplina, relacionando dados quantitativos como o seu acesso aos recursos oferecidos no AVA, em níveis diários e semanais, o envio das tarefas componentes das unidades e o acesso aos fóruns de participação obrigatória, às suas respostas aos questionários distribuídos ao longo do curso. A pesquisadora traçou o perfil estendido dos alunos novatos na experiência em EaD entre os grupos que aderem ou que não aderem ao modelo semipresencial, tomando como critério de “aderência” o número de intervenções efetivas dos alunos nos fóruns de discussão e outros espaços da Plataforma Moodle.

O número total de alunos que acessaram a disciplina chega a totalizar 98, sendo que apenas 69 constam da relação de inscritos após a conclusão da mesma tendo em vista que foi criada uma segunda turma porque o limite de alunos era de 70. Dentre os 69 alunos, dois são desconsiderados nesta pesquisa: aluno “Metodologia” (teste de acesso da instrutoria) e aluna estagiária da iniciação científica. O total considerado ficou sendo de 67 estudantes, sujeitos da análise promovida na pesquisa.

Foram selecionados os resultados de dois questionários, um aplicado no início do curso para estabelecer o perfil dos estudantes matriculados na disciplina e outro anexado à avaliação final da disciplina.

Quanto ao perfil dos estudantes Villela (2014, p.73) assim resume os dados obtidos:

a turma é de novatos tanto no ensino superior quanto na EaD, dispõe de tempo nos finais de semana e à noite para acessar e realizar tarefas no AVA, e, principalmente, reúne habilidades e condições de acesso à internet favoráveis para o desempenho de uma disciplina *online*.

Aceitaram responder à autoavaliação e avaliação do curso 45 estudantes entre os alunos aprovados na disciplina. Eles indicaram em seus comentários os aspectos que consideram positivos e negativos da disciplina, assim como, relacionados ao seu próprio desempenho na mesma.

Dentre os aspectos positivos, um único aluno deixou de responder à questão, mas todos os demais 44 o fizeram. A Figura 1 permite visualizar no formato de nuvem de palavras a incidência dos temas nas respostas analisadas, que, em sua maioria versaram sobre o conteúdo da disciplina (36%), seguido da importância do tema da disciplina (14%) e da própria EaD assim como o conhecimento acerca das pesquisas e a flexibilidade da modalidade (5%), além da interação (3%). A ocorrência dos demais aspectos citados variou entre 2% (acesso, desafio e tecnologia) e 1% (autonomia, facilidade de contato, direcionamento da pesquisa para a área de interesse do aluno, disponibilidade do fórum e motivação para os estudos) em relação ao total de 58 tópicos identificados.



Figura 1: Aspectos Positivos da Disciplina segundo os Aprovados

Fonte: Villela, 2014, p. 84

Os dados retratados na Figura 1 permitem visualizar a convergência das opiniões do aluno quanto à importância reconhecida do bom conteúdo da disciplina. Aspectos menos citados têm relação com a autonomia e o uso da tecnologia indicando que, talvez, os alunos tenham dissociado dos aspectos positivos sua própria experiência na plataforma.

Os aspectos negativos foram indicados por todos os 45 alunos que responderam ao questionário e a Figura 2 retrata as respostas, por incidência, a partir da classificação produzida na análise textual.



Figura 2: Aspectos Negativos da Disciplina segundo os Aprovados

Fonte: Villela, 2014, p.85

Os principais temas citados como aspectos negativos da disciplina foram questões relacionadas aos textos descritivos disponibilizados nas atividades (20%) e à própria modalidade da disciplina (16%). Os textos ora foram considerados longos ou confusos, ora o formato textual das explicações foi questionado. Um aluno reconheceu sua própria indisposição para a leitura apesar de reconhecer a boa estruturação do trabalho.

Oito dos 47 alunos aprovados mencionaram que a disciplina deveria ser presencial. Exemplificando as justificativas, um aluno justificou que sentiu dificuldade de adaptação à modalidade, enquanto que o outro indicou que a disciplina deveria ser presencial porque é muito importante.

O terceiro aspecto negativo mais recorrente foi o da sua inexperiência em EaD (12%) seguido de questões relacionadas a dúvidas quanto às atividades (10%) e às explicações textuais, à questão da distância e do contato com o professor e da limitação de acesso à internet (8%).

Os demais tópicos indicados como aspectos negativos variaram entre o horário dos encontros presenciais (4%), a complexidade da matéria (4%) e tempo disponível para a realização das atividades (4%), seguidos de outros de menor incidência como a divulgação de notas, site da Biblioteca Virtual da UCP, indisponibilidade por manutenção na plataforma e a disciplina algo anterior ao projeto do trabalho de conclusão de curso.

É notável o comentário do aluno de maior nota no grupo que declarou certo preconceito inicial e superado:

Por ser uma realidade nova para mim, no início tive certa dificuldade e até preconceito, admito. Porém, ao conhecer melhor a matéria [percebi] que estava equivocada. Creio que aprendi bastante e vejo a EaD como uma opção para tantas pessoas que não tem tanto tempo disponível e tem autonomia para estudar assim.

Em última análise, os aspectos negativos avaliados pelos alunos apresentam certa polarização entre dois temas principais: a questão da modalidade e a questão do formato textual das explicações, de certa forma relacionada à necessidade de contato com o professor e do modelo tradicional oral das explicações em sala de aula.

6 | CONCLUSÕES

A adoção de disciplinas online nos cursos presenciais cresce ano após ano, silenciosamente nas estatísticas do censo do ensino superior, já que apenas por uma variável presente nos microdados podemos calcular o tamanho da adesão por instituição, mas sem informações acerca da quantidade de alunos e tamanho das turmas. A pesquisa acadêmica fornece pistas concretas de que as disciplinas comuns a vários cursos são aquelas selecionadas para a oferta a distância, garantindo a diminuição de despesas com instalação, deslocamento e corpo docente.

A análise da trajetória das políticas públicas voltadas para Educação a Distância por meio dos marcos regulatórios aqui apresentados traz evidências de articulação entre regulação e expansão e o quanto este processo acabou estimulando sua implantação em especial no setor privado do segmento em questão. Outro aspecto relevante da pesquisa foi o registro dos caminhos que as instituições buscaram para implantar a Portaria 4.059/2004, identificados a partir dos dados documentais apresentados ao longo deste trabalho. Com uma visão sistêmica sobre o processo de implantação da modalidade, as instituições estudadas buscaram estabelecer seus esforços na utilização da modalidade sem a necessidade de criar ou interferir nos programas curriculares, potencializando desta forma o número de participantes no processo.

Entretanto, uma medida que poderia representar (e representou em algumas

instituições) a oportunidade de renovação de uma cultura acadêmica da IES e a oportunidade de acesso dos estudantes a novas modalidades de ensino, está se tornando, no momento, uma estratégia para diminuir exclusivamente os gastos da instituição, como já havia apontado no Estudo de Caso 1. Em reportagem de Raquel Marçal, publicada na Revista Ensino Superior de dezembro de 2016 sobre Crise/Gestão Financeira tendo como título *Em busca de novos rumos*, foram entrevistados alguns dirigentes de IES sobre a questão. Algumas respostas estão diretamente relacionadas com a Portaria 4.059/2004. Um deles comenta que “a inadimplência também aumentou. [...] matérias como Sociologia e Economia, comuns a vários cursos, passaram a ser dadas na modalidade a distância, uma mudança aplicada a 19 dos 33 cursos da instituição. Resultado: 2,5 mil alunos a menos ocupando o espaço físico dos dois *campi*” (MARÇAL, 2016, p.31/3). Em outra instituição, o dirigente fez o seguinte comentário:

O aumento foi mais expressivo no EaD, cuja captação na graduação saltou 20,4% no 3º trimestre de 2015 frente a 2014. A tecnologia passou a ser mais usada inclusive nos cursos presenciais. Isso barateia o curso, sem perda do conteúdo [...]. O EaD tem tíquete médio de R\$ 160,10, enquanto o valor do presencial é de R\$588,40” (p.33)

A proposta desse relato é chamar mais uma vez atenção para a necessidade de uma avaliação mais exigente dessas disciplinas inseridas nos cursos de graduação. Toda avaliação precisa de mais informação, de instrumentos adequados e de avaliadores capacitados. Esperamos que a aprovação recente de novas normas para os cursos a distância consiga também lançar mais luz sobre estas experiências, principalmente no momento em que o limite percentual deste tipo de curso foi aumentado de 20 para 40%, no final de 2018, como foi registrado no texto.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, R. de O. A autoavaliação institucional da educação a distância na UCP. In: SEGENREICH, Stella C. D., BUSTAMANTE, Silvia B.V. (Orgs.). *Políticas e Práticas da Educação a Distância (EaD) no Brasil: Entrelaçando Pesquisas*. 1ª Edição, Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 227 – 254, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 2253 de 18 de outubro de 2001. Autoriza a inclusão de disciplinas não presenciais em cursos superiores reconhecidos. **Diário Oficial da União** de 19 de outubro de 2001. Disponível em <<http://cev.org.br/biblioteca/portaria-2253-2001>>. Acesso em: 09/01/2014.

_____. Ministério da Educação. Portaria n. 4059 de 10 de dezembro de 2004. Trata da oferta de disciplinas na modalidade semipresencial em cursos superiores já reconhecidos. **Diário Oficial da União** de 13 de dezembro de 2004. seção 1, p.34. Disponível em http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf. Acesso em 26/11/14.

_____. Ministério da Educação. Portaria n. 1428 de 28 de dezembro de 2018. Dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior – IES, de **disciplinas** na modalidade a distância em cursos de graduação presencial. **Diário Oficial da União** de 28 de dezembro de 2018. seção 1, p.59. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao/.../18977-portarias>. Acesso em 26/01/19.

CASTANHEIRA, M.; PAIM, E.; DINIZ, K. A expansão da educação a distância no Brasil: a relação entre o público e o privado. In: SEGENREICH, S. C. D., BUSTAMANTE, S.B.V. (Orgs.). **Políticas e Práticas da Educação a Distância (EaD) no Brasil: Entrelaçando Pesquisas**. 1ª Edição, Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, p.49-73.

GIOLO J. Educação a Distância: Tensões entre o Público e o Privado. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 31, n. 113, p. 1271-1298, out.-dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/12.pdf>. Acesso em: 18/10/2014.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade. Campinas**, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MARÇAL, R. Em busca de novos rumos. Especial crise/gestão financeira. **Ensino Superior**. Ano 18. n. 205, dezembro de 2015/janeiro de 2016, p.30- 34.

PINTO, A. D. M. **Políticas públicas e realidade institucional**: a experiência da EaD em cursos de graduação presencial do setor privado. 2015, 76 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Teologia e Humanidades, Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis,RJ. 2015.

SEGENREICH, S. C. D. Educação superior a distância: políticas públicas e realidades institucionais. **Série-Estudos** – Periódico do Mestrado em Educação da UCDB. Campo Grande:UCDB, n.16, dez. 2003, p. 199 – 213.

_____. Desafios da educação a distância ao sistema de educação superior: a invasão silenciosa dos “vinte por cento”. Trabalho apresentado. X Seminário Estadual da ANPAE, São Paulo, 28 a 30 de junho de 2006, In: **Anais**. CD ROM, ISSN 1120605170723-49, 2006.

_____. A Inserção da EaD nos cursos Regulares de Ensino Superior: oito anos de invasão ainda silenciosa dos “vinte por cento”. III Congresso Interamericano de Política e Administração. Vitória, 11 a 14 de agosto de 2009. In: **Anais**. Disponível em http://www.anpae.org.br/congressos_antigo /simposio2009/335.pdf [Acesso em 29/11/15].

_____. S. C. D. Relação Estado e Sociedade na Oferta e Regulação da Graduação a Distância no Brasil: da Periferia ao Centro das Políticas Públicas. In: SEGENREICH 2013, Stella C. D; BUSTAMANTE, Silvia B.V. (Orgs.). **Políticas e Práticas da Educação a Distância (EaD) no Brasil: Entrelaçando Pesquisas**. 1ª Edição, Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, p. 23-47.

VILLELA, L. L. **A questão da permanência em uma disciplina online**: uma análise a partir dos acessos à plataforma Moodle. 2015. 113p. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Teologia e Humanidades, Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis,RJ. 2015.

SOBRE O ORGANIZADOR

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. E-mail: williandouglas@uft.edu.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-462-7

